METAFÍSICA DA GUERRA



Julius Evola

Introdução

Capítulo I - Das Formas do Heroísmo Guerreiro

Capítulo II – A Sacralidade da Guerra

Capítulo III – O Significado das Cruzadas

Capítulo IV – A Guerra Maior e a Guerra Menor

Capítulo V – Metafísica da Guerra

Introdução

"Noi vogliamo glorificare la guerra, sola igene del mondo, il militarismo, il pattriottismo, il gesto distruttore dei libertari, le belle idee per cui si muore." - Marinetti

Trazemos ao leitor brasileiro este pequeno ensaio do vate metafísico Julius Evola, destacado pintor, escritor, cientista político e estudioso das ciências sapienciais do Oriente e Ocidente.

Os pacifistas, diante de todo aquele que defende os valores superiores da guerra, costumam argumentar que esses valores são defendidos apenas por "ideólogos", "sofistas" e por gente que nunca sentiu o péssimo cheiro das trincheiras. Este argumento não pode ser aplicado a Evola, pois o Barão foi condecorado por bravura devido a seus feitos durante a I Guerra Mundial, quando combateu no posto de cabo. A foto que ilustra a capa deste ensaio é do próprio Evola, tirada durante os combates travados nas trincheiras italianas.

Influenciado pelo futurismo, que sacrificou diversos dos seus durante a I Guerra, mas além da análise superficial dos futuristas no que tange ao valor da guerra, é possível notar a profunda compreensão espiritual de Evola sobre o ascetismo . Nos dias de hoje, tanto pela influência do ascetismo cristão ocidental[1], como dos diversos pascácios orientais que apresentam apenas uma forma muito rasteira das tradições orientais, análises sobre um ascetismo restrito à contemplação religiosa e à piedade (muitas vezes a falsa piedade), são sobrepostas sobre a verdadeira visão sobre ascetismo - que engloba tanto o ascetismo brahmânico, contemplativo, como o ascetismo do guerreiro, de natureza ksatria, ativo e lutador. E, por fim, a união das duas naturezas numa só forma - da natureza contemplativa dentro da ação guerreira e da ação guerreira dentro da natureza contemplativa.

Num espaço sucinto e de forma muito clara, o Barão desmonta os mitos modernos que contestam o caminho da realização espiritual através da guerra, isto é, do caminho ao supra humano através da guerra. Particularmente, consideramos a leitura deste ensaio uma excelente introdução para outra obra do Barão, "*La dottrina del risveglio"* ("A Doutrina do Despertar, ainda sem tradução para o português), dedicada à natureza guerreira do ascetismo dentro do budismo ariano. Infelizmente, quase todas as tradições tiveram seu ascetismo "seqüestrado"[2] por uma pacóvia pacifista, afetada a uma falsa noção de piedade.

---

[1] Trataremos sobre isso em futuros artigos no "Grupo de Ur". Por enquanto, podemos dizer que isso é fruto da influência excessiva no Ocidente de Santo Agostinho e, mais recentemente, de místicas como Santa Catarina de Sena e Santa Teresinha do Menino Jesus, que transformaram a via espiritual em algo muito pouco atrativo aos de natureza solar e guerreira, pois suas vidas espirituais não passam de um amor "erótico", através de uma vida ascética amorosa, em direção à união personalista com o criador, ao contrário do verdadeiro ascetismo – o do monge guerreiro, que trava uma guerra contra si mesmo e contra todas as limitações humanas em busca de, através desta guerra, dissolver-se no Absoluto.

[2] Isso não ocorre exclusivamente no cristianismo ocidental, conforme já falamos aqui. O mesmo fenômeno ocorre nas tradições orientais, repletas de "mestres" em prontidão para "melhorar" ou "transformar" a vida dos outros em "harmonia", sempre com discursos feitos sobre paz, boas energias e outras bobagens semelhantes.

Esperamos que o leitor seja capaz de absorver toda a vasta influência de Evola, bem como seu profundo conhecimento e sua capacidade de síntese sem igual, maior até daquele que Evola considerava um de seus mestres - René Guénon.

Don Avadoro

Capítulo I - Das formas do heroísmo guerreiro



O princípio geral para o qual seria possível apelar para justificar a guerra sobre o plano humano é o “heroísmo”. A guerra, segundo este princípio, oferece ao homem a ocasião de acordar o herói adormecido em si. Ela rompe a rotina da vida cômoda e através das mais duras provas, favorece um conhecimento transcendente da vida em função da morte. O instante no qual o individuo deve comportar-se como um herói, seja ele o último da sua vida terrestre, pesa infinitamente mais na balança que toda a sua existência vivida monotonamente, na agitação inquieta das cidades. Isto é o que compensa, em termos espirituais, os aspectos negativos e destrutivos da guerra, aspectos que o materialismo pacifista coloca unilateral e tendenciosamente em destaque. A guerra, ao estabelecer e realizar a relatividade da vida humana, estabelece e realiza também o direito de algo “além da vida” – pois sempre tem sempre um valor anti-materialista e espiritual. Estas considerações têm um peso indiscutível e reduzem todas as demagogias do humanitarismo, os lamentos dos sentimentalistas e os protestos dos paladinos dos “imortais princípios” e da Internacional dos “heróis da pluma”. Contudo, é preciso reconhecer que para definir corretamente as condições pelas quais a guerra se apresenta realmente como fenômeno espiritual, deve-se proceder a um exame posterior, para esboçar uma espécie de “fenomenologia da experiência guerreira” e distinguir as diferentes formas e hierarquizá-las, para dar toda a importância ao ponto absoluto que servirá de referência à experiência heróica.

Para isso, é preciso recorrer a uma doutrina que não tenha uma estrutura de construção filosófica particular e pessoal, mas que, a sua maneira, tenha uma referência de fato positiva e objetiva. Trata-se da doutrina quaternária de divisão histórica e hierárquica, como também da história atual como uma decadência retroativa de um a outro desses graus hierárquicos. A divisão quaternária, em todas as civilizações tradicionais - sem dúvida alguma - deu origem a quatro castas diferentes: servos, burgueses, aristocracia guerreira e líderes da autoridade espiritual. Neste ponto, não devemos entender por casta

– como faz a maioria – uma divisão artificial e arbitrária, mas sim um “laço” que reúne uma mesma natureza, um tipo de interesse e vocação idêntica, uma qualificação original idêntica. Normalmente, uma verdade e uma função determinada definem cada casta e não o contrário. Não se trata de privilégios e de formas de vida fundadas num monopólio e baseadas numa constituição social mantida, mais ou menos, artificialmente. O verdadeiro princípio que fundamenta estas instituições, segundo formas históricas mais ou menos perfeitas, é que não existe um modo único e genérico de viver a sua própria vida, a não ser o modo espiritual, quer dizer, como guerreiro, burguês, servo e, quando as funções e repartições sociais correspondem verdadeiramente a esta articulação, segundo a expressão clássica, estamos perante uma organização ”proveniente da verdade e da justiça”.

Esta organização converte-se em hierárquica quando implica uma dependência natural – e com a dependência a participação – de modos inferiores de vida, àqueles que são superiores, considerando como superior toda a personalização de um ponto de vista puramente espiritual. Somente neste caso há relações claras e normais de participação e subordinação, conforme o ilustra a analogia oferecida pelo corpo humano: ali onde não há condições sãs e normais, quando o elemento físico (servos) ou a vida vegetativa (burguês), ou a vontade impulsiva e não controlada (guerreiros), assumem a direção ou a decisão na vida do homem,surge o caos; mas quando o espírito constitui o ponto central e ultimo de referência para as faculdades restantes, às quais não lhes é negada uma autonomia parcial, uma vida própria e um direito auferido dentro do conjunto da unidade, aí está a ordem.

Mas não devemos falar genericamente de hierarquia, pois aqui tratamos da “verdadeira” hierarquia, na qual quem está no alto e dirige é verdadeiramente superior, é preciso fazer referência aos sistemas de civilização baseados numa elite espiritual e onde os modos de viver do servo, do burguês e do guerreiro buscam inspiração neste principio para justificar as atividades em manifestadas materialmente. Pelo contrário, estamos num estado anormal, quando o centro se deslocou e o ponto de referência não é o princípio espiritual mas sim o da classe servil, burguesa ou simplesmente guerreira. Em cada um dos casos, também há hierarquia e participação, mas não é algo natural. Ela é deformada, subversiva e acabar por ultrapassar todos os limites, transformando-se num sistema onde a visão da vida, própria de um servo, orienta e sustenta todos os elementos do conjunto social.

No plano político, este processo de degeneração é particularmente perceptível na história do Ocidente atual. Os Estados sacro-aristocráticos foram substituídos por Estados monárquicos-guerreiros, amplamente secularizados e estes, por sua vez, foram substituídos e ultrapassados por Estados fundamentados em oligarquias capitalistas (castas dos burgueses e mercadores) e finalmente por tendências socialistas, coletivistas e proletárias, que atingiram seu apogeu no bolchevismo russo (casta dos servos).

Este processo é paralelo à troca de um tipo de civilização por outra, de um significado fundamental da existência a outro, apesar de que, em cada fase particular destes conceitos, cada princípio e cada instituição receba um sentido diferente, conforme a parte

predominante.

Isto é igualmente válido para a “guerra”. E é assim que vamos poder abordar positivamente a tarefa que nos propusemos no início deste ensaio: especificar os diversos significados que a morte e o combate heróico podem assumir. Conforme manifestada sob o signo de uma ou outra casta, a guerra adquire um aspecto diferente. Ou seja, dentro do ciclo da primeira casta, a guerra é justificável por motivos espirituais, é considerada uma via de realização sobrenatural e de imortalidade para o herói (tema da Guerra Santa). Nas aristocracias guerreiras, luta-se pela honra e por um princípio de lealdade, que se associa ao prazer da guerra pela guerra. Com a passagem do poder para as mãos da burguesia dá-se uma profunda transformação, o conceito de nação materializa-se e se democratiza; cria-se uma concepção anti-aristocrática e natural da pátria e o guerreiro dá lugar ao soldado e ao “cidadão”; que luta simplesmente para defender ou conquistar uma terra; com os guerreiros, quase sempre, fraudulentamente guiados por razões ou primazias de ordem econômica ou industrial. Por fim, onde o ultimo estado pode ser alcançado abertamente, é numa organização nas mãos de servos, expressada perfeitamente por Lênin: “A guerra entre nações é um jogo pueril, uma subserviência burguesa que não nos pertence. A verdadeira guerra, a nossa guerra, é a revolução mundial para destruição da burguesia, e o triunfo da classe proletária”.

Com isso esclarecido, é evidente que o “herói” pode ser um denominador comum que abarca as formas e significados mais variados. Morrer, sacrificar a vida, pode ser válido somente no plano técnico e coletivo, melhor dizendo, no plano hoje chamado brutalmente de “material humano”. É evidente que não é em tal plano que a guerra pode reivindicar um autêntico valor espiritual para o indivíduo, quando este se apresenta não como “material”, mas sim – à maneira romana – como personalidade. Isto não se realiza apenas quando há uma relação dupla entre meio e fim, mas também quando o individuo é um meio em relação à guerra e aos seus fins materiais, mas simultaneamente, quando a guerra, por sua vez, transforma-se num meio em relação ao individuo, oportunidade ou via cujo fim seja a sua realização espiritual, favorecida pela experiência heróica. Neste caso há síntese, energia e máxima eficácia.

Nesta ordem de idéias, e em função do que dissemos anteriormente, é evidente que todas as guerras não nos oferecem as mesmas possibilidades. E isto em função de analogias, absolutamente abstratas, embora positivamente ativas, segundo os caminhos, invisíveis para a maioria, que existe entre o caráter coletivo predominante nos diferentes ciclos de civilização e o elemento que corresponde a este caráter no todo da entidade humana. Se a era dos mercadores e servos é aquela na qual predominam as forças correspondentes às energias que definem no homem o elemento pré-pessoal, físico, instintivo, telúrico ou simplesmente orgânico-vital, na era dos guerreiros, na dos chefes espirituais são expressadas forças que correspondem respectivamente no homem ao caráter e à personalidade espiritualizada, realizada segundo o seu destino sobrenatural. De acordo com o que desenvolve o transcendente no indivíduo, é evidente que numa guerra, a maioria não pode mais que sentir coletivamente o despertar correspondente, mais ou menos, com a influência preponderante, ainda que dependa também das causas

que pesaram na declaração de tal guerra. Em função de cada caso, a experiência heróica conduz a diversos pontos e sobretudo a “três” formas.

No fundo, correspondem às três possibilidades de relação que podemos verificar pela casta guerreira e seu princípio em relação às outras articulações já examinadas. Pode-se verificar o estado normal de uma subordinação ao princípio espiritual, onde o heroísmo como desencadeamento conduz à supra vida e à supra personalidade. Mas o princípio guerreiro pode ser um fim em si mesmo, rejeitando admitir aquilo que há de superior nele, neste caso a experiência heróica dá lugar a um tipo “trágico”, arrogante e temperado como o aço, mas sem luz. A personalidade permanece – está inclusive reforçada – como lhe ordena o limite do seu lado naturalista e humano. Este tipo de herói sempre oferece certa garantia de grandeza e naturalmente, para os tipos hierarquicamente inferiores, “burgueses” ou “servos”, este heroísmo e esta guerra significa superação, elevação e realização. O terceiro caso se refere ao princípio guerreiro degenerado, ao serviço de elementos hierarquicamente inferiores (última casta). Aqui a experiência heróica se associa quase fatalmente a uma evocação, um desencadeamento de forças instintivas, pessoais, coletivistas, irracionais, provocando finalmente uma lesão e uma regressão na personalidade do indivíduo, o qual, rebaixado a tal nível, está condicionado a viver a situação da forma passiva ou sob a sugestão de mitos e impulsos passionais. Por exemplo, os romances de Eric Maria Remarque não refletem mais que uma possibilidade deste gênero: pessoas levadas à guerra por falsos idealismos e que constatam que a realidade é diferente. Não são desertores nem covardes, mas no meio de terríveis provas, são sustentados exclusivamente por forças elementares, impulsos instintivos, reações meramente humanas, sem conhecer um só instante de luz.[3]

Para preparar uma guerra no plano material mas também no espiritual, é preciso ver tudo isso de forma clara e firme, para que as almas e energias possam ser orientadas até a solução mais elevada, a única que convém às idéias tradicionais.

Logo seria preciso espiritualizar o princípio guerreiro. O ponto de partida poderia ser o desenvolvimento virtual de uma experiência heróica, no sentido da mais elevada das três possibilidades que analisamos.

Mostrar como esta possibilidade mais elevada, mais espiritual, foi plenamente vivida nas grandes civilizações que nos precederam, ilustrando assim o seu aspecto constante e universal, é algo que não depende da simples erudição. È precisamente o que nos propomos fazer a partir das tradições inerentes à romanidade antiga e medieval.

[3] Cf. J. Evola: “Dal ‘Nulla di nuovo sul fronte ocidentale’ al Ritorno’”, in La vita italiana, novembro de 1931.

Capítulo II - A Sacralidade da Guerra



Acabamos de ver como o fenômeno do heroísmo guerreiro pode revestir várias formas e obedecer a diferentes significados, uma vez já definidos os valores da autêntica espiritualidade que o diferenciam profundamente. Por enquanto, começaremos com o exame de certos conceitos relativos às antigas tradições romanas. Geralmente, não há nada além de um conceito laico do valor da romanidade antiga. O romano não foi mais que um soldado no sentido estrito da palavra, e graças às suas virtudes militares, unidas a uma feliz concorrência de circunstâncias, pôde conquistar o mundo. Opinião equivocada, não importa de quem seja.

Antes de tudo, o romano alimentava a intima convicção de que Roma, seu “Imperium” e sua “Aeternitas”, eram derivados de forças divinas. Para considerar esta convicção romana, sob um aspecto exclusivamente “positivo”, é preciso substituir esta crença por um mistério: mistério de como um punhado de homens, sem nenhuma necessidade de “terra” ou “pátria”, sem estarem possuídos por nenhum destes mitos ou paixões, que tanto atraem os modernos e com as quais justificam a guerra e promovem ações heróicas, mas sob um estranho e irresistível impulso, este mistério arrastava os romanos, cada vez mais longe, de país em país, reduzindo tudo a uma “ascese de poder”. Segundo testemunhos de todos os clássicos, os primeiros romanos eram muito religiosos – “nostri maiores religiosissimi mortales” – relembra Salústio e repetem Cícero e Aulo Gélio, mas esta religiosidade não se limitava a uma esfera abstrata e isolada, espalhava-se na prática, no mundo da ação e por conseqüência, abarcava também a experiência guerreira.

Um colégio sagrado formado pelos “Fetiales” presidia em Roma a um sistema bem determinado de ritos, que eram o lado místico de qualquer guerra, desde a sua

declaração até a sua conclusão. No geral, é certo que um dos princípios da arte militar romana era evitar travar batalhas antes que os signos místicos tivessem, por assim dizer, indicado o “momento”.

Com as deformações e preconceitos da educação moderna não se quererá ver nisto mais que uma super estrutura extrínseca feita à base de superstições. Quanto aos mais benévolos, não será nada mais que um fatalismo extravagante. Mas não era nem uma coisa nem outra. A essência da arte de adivinhação praticada pelo patriciado romano, assim como outras disciplinas análogas de caráter mais ou menos idêntico no ciclo das grandes civilizações indo-européias, não era descobrir o “destino” na base de uma supersticiosa passividade. Pelo contrario, era descobrir antecipadamente os pontos de conjugação com influências invisíveis, para concentrar as forças dos homens e torná-las mais poderosas, de multiplicá-las e as induzir a atuar sobre um plano superior, com o fim de varrer - quando a concordância era perfeita - todos os obstáculos e resistências no plano material e espiritual. É difícil pois, a partir disso, duvidar do valor romano, a ascese romana de potência não era só na sua contrapartida espiritual e sacra, instrumento da grandeza militar e temporal, mas também num contacto e uma união com as forças superiores.

Se fosse oportuno, poderíamos citar farta documentação para fundamentar esta tese. No entanto, nos limitaremos a recordar que a cerimônia do triunfo tinha em Roma um caráter muito mais religioso que laico-militar, e numerosos elementos permitem deduzir que o Romano atribuía a vitoria dos seus “duces” mais a uma força transcendente, que se manifestava real e eficazmente através deles, no seu heroísmo e inclusive por meio do seu sacrifício (como no rito da “devotio” no qual os chefes se imolavam), que a suas qualidades simplesmente humanas. Desta forma, o vencedor, revestindo as insígnias do Deus capitolino supremo, se identificava com ele, era sua imagem, e depositava nas mãos deste Deus, os louros da sua vitória, em homenagem ao verdadeiro vencedor.

No fundo, uma das origens da apoteose imperial, era o sentimento que debaixo da aparência do Imperador se escondia um “numen” imortal, incontestavelmente derivado da experiência guerreira: O “Imperatore”, originariamente era o chefe militar aclamado sobre o campo de batalha, no momento da vitória, mas nesse instante aparecia também como transfigurado por uma força vinda do alto, terrível e maravilhosa que dava a impressão do “numen”. Esta concepção, por outro lado, não é exclusivamente romana, encontra-se em toda a antiguidade clássico-mediterrânea e não se limitava aos generais vencedores, estendia-se aos campeões olímpicos e aos sobreviventes dos combates sangrentos do circo. Na Grécia, o mito dos Heróis confunde-se com as doutrinas místicas, como o orfismo, e identifica o guerreiro vencedor como o iniciado, vencedor da morte. Testemunhos precisos sobre um heroísmo e um valor que emanavam, mais ou menos conscientemente, das vias espirituais, abençoados não só pelas conquistas materiais e gloriosas, mas também pelo seu aspecto de evocação ritual e de conquista espiritual.

Passemos a outros testemunhos desta tradição que, pela sua natureza é metafísica e, como conseqüência, o elemento “raça” não pode ter mais que uma parte secundária e

contingente. Portanto, mais adiante, trataremos da “Guerra Santa” praticada no mundo guerreiro do Sacro Império Romano-Germânico. Esta civilização apresentava-se como um ponto de confluência criadora de vários elementos: um romano, um cristão e um nórdico.

Com relação ao primeiro elemento, já fizemos alusão a ele no contexto que nos interessa. O elemento cristão se manifestara sob as características de um heroísmo cavalheiresco supranacional com as cruzadas. Nos sobra o elemento nórdico. Para que ninguém se espante, assinalamos que se trata de um caráter essencialmente supra-racial, incapaz de valorizar ou denegrir um povo em relação a outro. Para fazer alusão a um plano no qual nos auto excluímos, de momento nos limitaremos a dizer que nas evocações nórdicas, mais ou menos frenéticas celebradas hoje em dia “ad usum delphini” na Alemanha nazista, por surpreendente que possa parecer, se assiste a uma deformação e a uma depreciação das autênticas tradições nórdicas tal como foram originariamente e tal como se perpetuaram nos Príncipes que tinham por grande honra o poder de se denominarem “romanos” ainda que fosse de raça teutônica. Pelo contrário, para numerosos escritores “racistas” de hoje, “nórdico” não significa nada além de “anti-romano” e “romano” tem mais ou menos um significado equivalente a “judeu”.

Portanto, é interessante reproduzir uma significativa forma guerreira da tradição celta: “combatei por vossa terra e aceitai a morte se for preciso: pois a morte é uma vitória e uma liberação da alma”. Este conceito corresponde, em nossas tradições clássicas, à expressão “mors triumphalis”. Quanto à tradição realmente nórdica, ninguém ignora a parte do Walhalla, reino imortal reservado, não apenas aos “homens livres” de fonte divina, mas também aos Heróis mortos no campo de honra (Walhalla significa literalmente “o reino dos eleitos”). O Senhor deste lugar simbólico é Odin-Wotan, conforme descrito na Ynglingasaga, como aquele que, pelo seu sacrifício simbólico na “árvore do mundo”, indicou aos Heróis um modo de esperar o descanso divino, um lugar em que se vive eternamente sobre um cume luminoso e resplandecente, além das nuvens. Segundo esta tradição, nenhum sacrifício, nenhum culto, é tão grato a Deus, nem mais rico em recompensa no outro mundo, como aquele realizado pelo guerreiro que combate e morre na luta. Além do mais: o exército dos heróis mortos em combate deve reforçar a falange dos “heróis celestes” que lutam contra o ragna-rökkr, ou seja, contra o destino do “obscurecimento do divino” que, segundo os ensinamentos, como no caso dos clássicos gregos, (Hesíodo) está sobre o mundo desde as eras mais remotas.

Encontramos este tema sobre formas diferentes nas lendas medievais que concernem à “última batalha” que livrará o Imperador imortal. Neste ponto, para perceber o elemento universal, temos que trazer à luz a concordância de antigos conceitos nórdicos (que, diga-se de passagem, Wagner desfigurou com o seu romantismo empolgado, confuso e teutônico) com as antigas concepções iranianas e persas. Alguns se surpreenderão ao saber que as famosas Walkirias não são quem escolhe as almas dos guerreiros destinados ao Walhalla, mas sim a personificação da parte transcendente destes guerreiros, que tem como equivalentes exatas as fravashi, que na tradição persa são representadas como mulheres de luz e virgens arrebatadas das batalhas. Personificam mais ou menos as forças sobrenaturais em que as forças humanas dos guerreiros ”fiéis

ao Deus da Luz” podem transfigurar e produzir um efeito terrível e turbulento nas ações sangrentas. A tradição iraniana continha igualmente a concepção simbólica de uma figura divina - Mitra, concebido como o “guerreiro sem sono” - que à frente das fravashi de seus fiéis, combate contra os emissários do deus das trevas, até a aparição do Saoshyant, senhor de um reino futuro, de “paz triunfal”.

Estes elementos da antiga tradição indo-européia repetem sempre os temas da sacralidade da guerra e do herói que na verdade não morre, mas que passa a ser soldado de um exército místico numa luta cósmica, interferindo visivelmente com os elementos do cristianismo: pelo menos do cristianismo que pode assumir o lema ”Vita est militia super terram” e reconhecer que não é apenas com a humildade, caridade, esperança e tudo mais que se alcança o “Reino dos Céus”, mas que também é possível alcançá-lo com certa violência – a afirmação heróica. É precisamente desta convergência de temas que nasceu a concepção espiritual da “Grande Guerra” própria das Cruzadas da Idade Média e que analisaremos debruçados especialmente sobre o aspecto interior individual destes ensinamentos, que sempre são atuais.

Capítulo III - O Significado das Cruzadas



Trataremos outra vez das formas da tradição heróica que permitem à guerra assumir o valor de um caminho de realização espiritual, no sentido mais rigoroso do termo, e também de uma justificação e de finalidade transcendental. Já falamos das concepções que, sob este ponto de vista, foram as do antigo mundo romano. Depois olhamos as tradições nórdicas e o caráter imortal de toda a morte realmente heróica no campo de batalha. Referimo-nos necessariamente a estas concepções para chegar ao mundo medieval, à Idade Média como civilização resultante da síntese de três elementos: primeiro romano, depois o nórdico e finalmente o cristão.

Examinaremos agora o ideal de sacralidade da guerra, tal como foi concebido e cultivado ao longo da Idade Média. Evidentemente devemos nos referir às Cruzadas, presos ao seu significado mais profundo, sem as reduzi-las aos determinismos econômicos e étnicos, como os historiadores materialistas, e muito menos reduzi-las a um fenômeno de superstição e de exaltação religiosa, como desejam os espíritos “evoluídos”, enfim, nem mesmo a um fenômeno simplesmente cristão. Sobre este último ponto não devemos

perder de vista a relação estreita entre meio e fim. Diz-se que nas Cruzadas a fé cristã se serviu do espírito heróico da cavalaria ocidental. É precisamente o contrário que é verdadeiro. A fé cristã e seus fins relativos e contingentes de luta religiosa contra o "infiel", da "Libertação do Templo" e da "Terra Santa", não foram mais que os meios que permitiram a manifestação do espírito heróico, de se afirmar e de se realizar numa espécie de ascese, distinto da contemplação, mas não menos rica em frutos espirituais. A maioria dos cavaleiros que entregaram suas forças deram o sangue pela "guerra santa" não tinham mais que uma idéia e um vago conhecimento teológico sobre a doutrina pela qual combatiam.

Entretanto, o contexto das Cruzadas era rico em elementos susceptíveis para fornecer um significado simbólico, espiritual e superior. Através das vias do subconsciente, os mitos transcendentais reflorescíam na alma da cavalaria ocidental: a conquista da "Terra Santa", situada "além dos mares", apresenta infinitamente mais referências reais que poderiam supor os historiadores com a antiga saga segundo a qual "no longínquo Oriente onde nasce o sol, se encontra a cidade sagrada onde a morte não reina, mas onde os valorosos heróis que sabem esperá-la gozam de uma celestial serenidade e de uma vida eterna". Por outro lado, a luta contra o Islam revestiu, por sua natureza, desde o princípio, o significado de uma luta ascética. "Não se trata de combater pelos reinos da terra – escreveu Kluger, célebre historiador das Cruzadas – mas pelo reino dos céus; as Cruzadas não eram do domínio dos homens, mas sim de Deus – por isso não as podemos considerar semelhantes a outros acontecimentos humanos". A guerra santa devia, segundo a expressão de um antigo cronista, comparar-se "com o batismo semelhante ao fogo do purgatório antes da morte". Os papas e os pregadores comparavam simbolicamente aqueles que morriam nas cruzadas com o "ouro três vezes ensaiado e sete vezes purificado pelo fogo" e que podia conduzir ao Deus Supremo. "Não esqueçais jamais este oráculo – escreveu São Bernardo – quer vivamos, quer morramos, ao Senhor pertencemos. Que Glória para vós sair da batalha cobertos de louros. Mas que alegria maior para vós, de ganhar sobre o campo de batalha uma coroa imortal … oh, condição afortunada! Poder enfrentar a morte sem temor, mesmo desejá-la com impaciência, e recebê-la com de coração firme". A glória absoluta estava prometida ao cruzado – glória asolue - em provençal – pois, à parte da imagem religiosa lhe oferecia a conquista da supra vida, do estado sobrenatural da existência. Assim, Jerusalém, fim cobiçado da conquista, apresentava-se sob o duplo aspecto, duma cidade terrestre e duma cidade simbólica, a Cruzada tomava um valor interior, independente de todos os seus aparatos, seus suportes e suas motivações aparentes.

Afinal, foram as ordens da Cavalaria quem ofereceram o maior tributo às Cruzadas, com a Ordem do Templo e a dos Cavaleiros de São João de Jerusalém, compostas por homens que, como o monge ou asceta cristão "aprenderam a desprezar a vaidade desta vida; em tais ordens encontravam-se guerreiros fatigados pelo mundo, que tudo tinham visto e tudo tinham provado", prontos a uma ação total e que não sustentavam mais nenhum interesse pela vida material e temporal nem pela política ordinária, no sentido mais estrito. Urbano II dirigia-se à cavalaria como à comunidade supranacional daqueles "dispostos a partir até onde rebentasse uma guerra, a fim de levar o terror das suas armas para defender a

honra e a justiça" … com mais razão deviam escutar e atender ao apelo da "Guerra Santa", guerra que, segundo um dos escritores da época, não tinha por recompensa um feudo terrestre, revogável e contingente, mas um "feudo celestial".

Mas o desenrolar das Cruzadas, num contexto mais amplo e no plano ideológico geral, provocou uma purificação e uma interiorização do espírito de iniciativa. Segundo a convicção inicial de que a guerra pela "verdadeira" fé não podia ter mais que uma saída vitoriosa, os primeiros fracassos militares sofridos pelos exércitos cruzados foram um foco de surpresas e assombro, mas à posteriori serviram, contudo, para trazer à luz o aspecto mais elevado da "guerra santa". O resultado desastroso de uma Cruzada era comparado pelos clérigos de Roma ao destino da virtude desgraçada que não é julgada nem recompensada, a não ser em função da outra vida. E isto anunciava o reconhecimento de algo superior tanto na vitória como na derrota, a colocação no primeiro plano do aspecto próprio à ação heróica cumprida independentemente dos frutos visíveis e materiais, quase como uma oferenda transformando o holocausto viril de toda a parte humana em "glória absoluta" e imortal.

É evidente que desta maneira se devia acabar por atingir um plano, por assim dizer, supra tradicional, tomando a palavra "tradição" num sentido mais restrito, mais histórico e religioso. A fé religiosa em particular, os fins imediatos, o espírito antagonista, convertiam-se então em elementos tão contingentes como a natureza variável de um combustível destinado somente a produzir e a alimentar uma chama. O ponto central continuava a ser o valor santo da guerra. Mas se prefigurava igualmente a possibilidade de reconhecer, que aqueles que eram adversários no momento, pareciam atribuir a este combate o mesmo significado tradicional.

Este é um dos elementos graças ao qual as Cruzadas serviram, apesar de tudo, para facilitar o intercâmbio cultural entre o Ocidente gibelino e o Oriente árabe (ponto de reencontro, por sua vez, de elementos tradicionais ainda mais antigos), mas o alcance disso vai muito além do que a maioria dos historiadores demonstraram até ao presente. Da mesma forma, as ordens de cavalaria das cruzadas, se encontraram diante das ordens de cavalaria árabes, que lhes eram quase análogas no plano da ética, por vezes mesmo dos símbolos, e por isso a "guerra santa" que havia motivado as duas civilizações, uma contra a outra em nome das suas religiões respectivas, permitiu igualmente o seu reencontro e que, partindo de duas crenças diferentes, cada uma acabou por dar à guerra um valor de espiritualidade análogo e independente. É afinal aquilo que se sobressai, quando estudarmos como, forte na sua fé, o antigo cavaleiro árabe se eleva ao mesmo nível supra tradicional que o cavaleiro cruzado pelo seu ascetismo heróico.

Agora, este é outro ponto que queremos aflorar. Aqueles que julgam as Cruzadas superficialmente, as remetem a um dos episódios mais extravagantes da "obscura" Idade Média, não supõem que o que definem como "fanatismo religioso" é a prova tangível da presença e da eficácia de uma sensibilidade e de um tipo de decisão cuja ausência caracterizava a barbárie autêntica. Já que o homem das Cruzadas sabia todavia afirmar-se, combater e morrer por um ideal, que era essencialmente supra político e supra

humano. Associava-se também a uma união baseada, não sobre o particular, mas sobre o universal. E isto significa um valor, um ponto de referência inabalável.

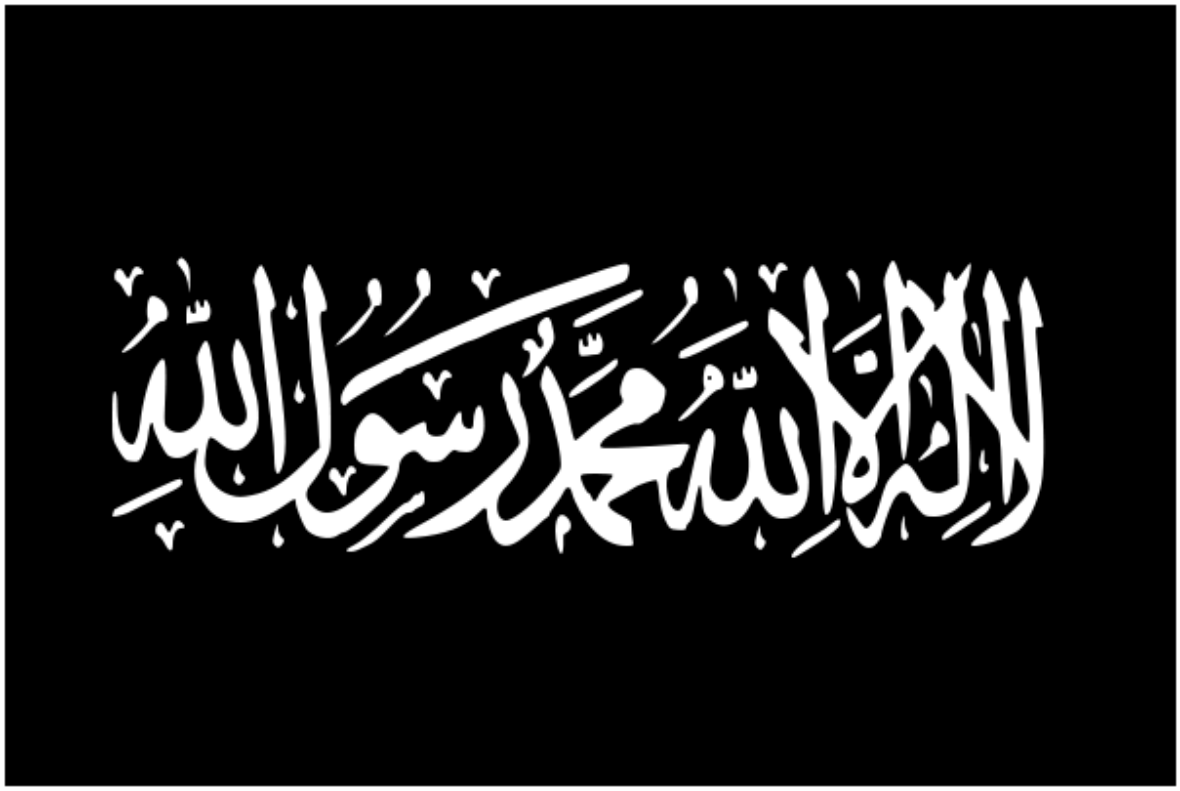
Naturalmente não se deve confundir nem pensar que a motivação transcendente possa ser uma desculpa para tornar o guerreiro indiferente, para torná-lo negligente aos deveres inerentes à sua fidelidade a uma raça e a uma pátria. Não é bem assim. Pelo contrário, trata-se essencialmente de significados profundamente diferentes, segundo os quais ações e sacrifícios podem ser vencidos, embora observados do exterior, possam parecer absolutamente os mesmos. Existe uma diferença radical entre quem faz simplesmente a guerra, e quem pelo contrário, na guerra faz também a “guerra santa” e vive uma experiência superior, desejada e desejável para o espírito.

É preciso acrescentar que, se esta diferença é, antes de tudo interior e sob o impulso de tudo o que interiormente tem uma força, traduz-se também no exterior, provocando efeitos sobre outros planos e particularmente nos seguintes termos: antes de tudo, termos uma “irredutibilidade” do impulso heróico: quem vive espiritualmente o heroísmo está carregado de uma tensão metafísica, animado por um estimulo cujo objetivo é “infinito”, e superará sempre aquilo que anima quem combate por necessidade, por oficio ou sob impulsos naturais ou sugestões.

Em segundo lugar, quem combate numa “guerra santa” situa-se espontaneamente além de todo o particularismo, vive num clima espiritual que, num determinado momento, pode muito bem dar origem a uma unidade supranacional dentro da ação. É justamente isso que ocorreu nas Cruzadas, quando príncipes e chefes de todos os países se uniram para a expedição heróica e santa, para além dos seus interesses particulares e utilitários e das divisões políticas, realizando pela primeira vez uma grande unidade européia conforme a sua civilização comum e ao próprio princípio do Sacro Império Romano-Germânico.

Se soubermos abandonar o “pretexto”, se soubermos isolar o essencial do contingente, encontraremos um elemento precioso que não se limita a um período histórico determinado. Conseguir conduzir a ação heróica sobre um plano “ascético”, justificá-la também em função desse plano, significa desimpedir o caminho para uma nova e possível unidade de civilização. Isto também significa separar todo o antagonismo condicionado pela matéria, preparar o espaço das grandes distâncias e as amplas frentes, para dimensionar, pouco a pouco, os objetivos externos da ação em seu novo significado espiritual: tal como se verifica quando não é só por um país ou por ambições temporais que se combate, mas em nome de um princípio superior de civilização, de uma tentativa que por ser metafísica nos faz ir adiante, além de todo limite, além de todos os perigos e além de qualquer destruição.

Capítulo IV – A Guerra Maior e a Guerra Menor



Não devemos estranhas, após o exame dum conjunto de tradições ocidentais relativas à guerra santa, quer dizer, à guerra com valor espiritual, nos propomos agora examinar este conceito conforme foi formulado pela tradição islâmica. Com efeito, nosso objetivo, como já o sublinhamos muitas vezes, é de pôr em relevo o valor objetivo de um princípio, pela demonstração da sua universalidade, da sua conformidade ao quod ubique, quo ab omnibus e quod semper. Somente assim, podemos ter a sensação que certos valores têm uma conotação absolutamente diferente do que podem pensar uns e outros, mas também, na sua essência, eles são superiores às formas particulares que assumiram para se manifestar nas duas tradições históricas. Quanto mais reconhecermos a correspondência interna das formas, e seu princípio único, mais aprofundaremos na própria tradição, até a intuir integralmente e a compreender partindo de seu ponto original e metafísico.

Historicamente, devemos sublinhar que a tradição islâmica, na parte que nos interessa neste ensaio, é de certa forma herança da tradição persa, uma das mais altas civilizações indo-européias. A concepção mazdeísta original da religião como milícia sob o signo do “Deus de Luz” e da existência na terra como uma luta incessante para arrancar seres e coisas de um poder anti-Deus, é o centro da visão persa sobre vida. Deve-se considerar esta visão como a contrapartida metafísica e o fundo espiritual das lides guerreiras, cujo apogeu foi a edificação do império persa do “Rei dos reis”. Depois da queda da grandeza

persa, alguns resquícios desta tradição subsistiram no ciclo da civilização árabe medieval, sob formas mais materiais e algumas vezes exageradas, mas sem nunca anular efetivamente o motivo original de espiritualidade.

Aqui, nós nos referimos às tradições deste gênero principalmente porque elas colocam em evidência um conceito muito útil para esclarecer posteriormente a ordem de idéias que desejamos expor. Trata-se dum conceito da grande guerra santa, diferente da “pequena guerra”, mas, ao mesmo tempo ligada a esta última de acordo com uma correspondência especial. A diferencia baseia-se num hadit (verso) do Profeta, que ao retornar duma expedição guerreira declarou: - ”nós voltamos da pequena guerra santa para a grande guerra santa”.

Aqui a pequena guerra corresponde à guerra exterior, à guerra sangrenta e que se faz com armas materiais contra o inimigo, contra o “bárbaro”, contra uma raça inferior diante da qual reivindicamos um direito superior, ou então, quando a expedição é dirigida por um motivo religioso contra o “infiel”. Por mais terríveis e trágicos que possam ser os acidentes, por mais monstruosas que possam ser as destruições, nada mais resta a esta guerra, metafisicamente é sempre a “pequena guerra”. A “grande guerra santa”, é pelo contrário, de ordem interna e espiritual, é o combate que se trava contra o inimigo, ou o “bárbaro”, ou o “infiel” que cada um abriga em si, e que vai surgir em si mesmo, no momento em que se quer submeter todo o seu ser a uma lei espiritual. Tudo que for preconceito, desejo, paixão, instinto, fraqueza e covardia interior, o inimigo que habita dentro do homem deve ser vencido, quebrado na sua resistência, encarcerado e dominado ao homem espiritual: tal é a condição para se atingir a libertação interior, a “paz triunfal” que permite participar naquilo que está além da vida e da morte.

É simplesmente ascetismo - dirão alguns. A grande guerra santa é a ascese de todos os tempos. E qualquer um estará tentado a acrescentar: é a via daqueles que fugiram do mundo e com a desculpa de uma luta interior transformam-se em rebanhos de pacifistas. Não é nada disso. Depois da distinção entre as duas guerras, expomos agora a sua síntese. É próprio das tradições heróicas prescrever a “pequena guerra“ , ou seja, a verdadeira guerra, sangrenta, como um instrumento para a “Grande Guerra Santa”, até ao ponto em que, finalmente, as duas não terminam sendo mais que uma só e mesma coisa.

È assim que no Islam, “guerra santa” – jihâd e “caminho de Deus” – são indiferentemente utilizados por uns e por outros. Sobre os que combatem pelo “caminho de Deus”, segundo um célebre hadith, muito característico desta tradição diz: - “o sangue dos Heróis está mais perto do Senhor que a tinta dos sábios e as orações dos devotos”. Aqui, e também nas tradições que já falamos, como a ascese romana da potência e a clássica mors triumphalis, a ação assume o exato valor de uma ultrapassagem interior de acesso a uma via livre de obscuridade, do contingente, de dúvidas e da morte.

Em outros termos, as situações, os riscos, as provas inerentes às expedições guerreiras provocam a aparição do “inimigo” interior, que enquanto instinto de conservação, crueldade ou covardia, compaixão ou furor cego, surge como aquele que deve ser

vencido, precisamente no momento exato de vencer o inimigo exterior. Isto mostra que o ponto decisivo é constituído pela orientação interior, a permanência inabalável que é o espírito na dupla luta: - sem precipitação cega, nem transformação em brutos incorrigíveis, mas pelo contrário, com o total domínio das forças mais profundas, controle para nunca ser ludibriado interiormente, mas ficar sempre senhor de si mesmo, e este domínio permite de se afirmar acima de qualquer limite.

Mais à frente abordaremos uma outra tradição, onde esta situação é representada por um símbolo muito característico: - um guerreiro e um ser divino impassível, que sem combater, sustenta e conduz o soldado, ao lado do qual ele se encontra, e estão no mesmo carro de combate. É a personificação da dualidade dos princípios do verdadeiro herói, cujas emanações têm sempre qualquer coisa de sagrado, e do qual ele é portador.

Na tradição islâmica, podemos ler num dos textos mais importantes: “Combatei no caminho de Deus (quer dizer na guerra santa), aquele que sacrifica o caminho terrestre por aquele do além: pois aquele que combate no caminho de Deus e é morto, ou vencedor, nós daremos uma imensa recompensa”. A premissa metafísica segundo a qual é dito: “combatei segundo a guerra santa aqueles que vos fazem a guerra”. “ Matai-os onde quer que os encontreis e esmagai-os. Não vos mostreis fracos nem os convideis à paz” pois “a vida terrestre é somente um jogo e um passatempo”, e “ quem se mostra avarento, só é avarento consigo mesmo”. Este ultimo principio é evidentemente relacionado com o fac-simile do evangelho: quem quer salvar sua própria vida a perderá, e quem a perde, a vive realmente”, confirmado por esta outra passagem: “E a vós que credes, quando vos for dito: ‘vinde à batalha, pela guerra santa’ vós ficastes imóveis? Vós preferistes a vida deste mundo à vida futura”, porque “ vós esperais de nós uma coisa, recompensa e não os dois supremos, vitória ou sacrifício?”.

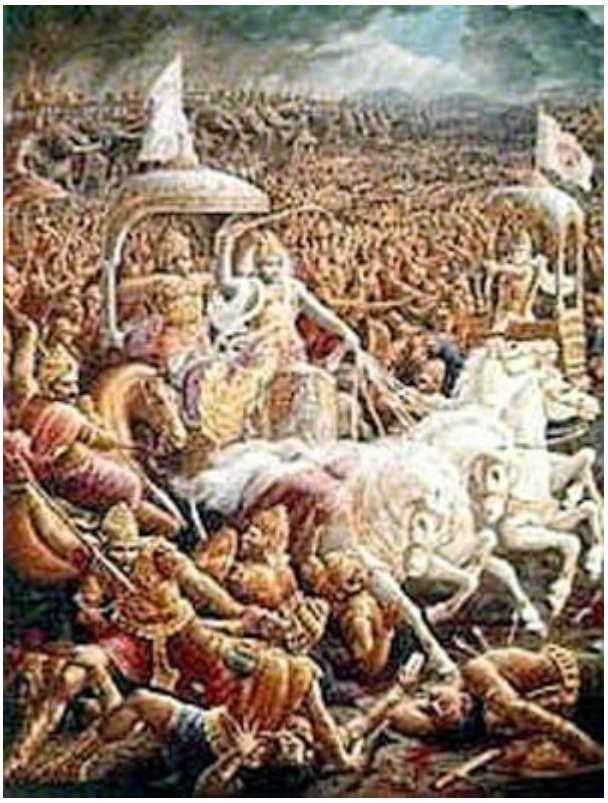
Esta outra passagem é digna de atenção: “a guerra vos foi ordenada, embora vos desagrade. Mas, qualquer coisa que seja boa para vós pode vos desagradar, e agradar-vos aquilo que é mau para vós: Deus, disse, então vós nada sabeis”, que é muito próximo de “eles preferem ficar entre aqueles que sobram: uma marca é gravada em seus corações, assim eles não o compreendem. Mas o apóstolo e aqueles que crêem com ele e combatem com aquilo que têm e com a sua própria pessoa, a eles a recompensa – e serão eles que prosperam – na grande felicidade.”

Aqui temos uma espécie de amor fati, uma intuição misteriosa, uma evocação e cumprimento heróico do destino, dentro da intima certeza que, quando existe a “intenção justa”, quando a inércia e a covardia são vencidas, o estimulo vai além da própria vida e da vida dos outros, além da felicidade e da aflição, guiado no sentido de um destino espiritual e duma sede de existência absoluta, dando então nascimento a uma força que não falhará o objetivo absoluto. A crise de uma morte trágica e heróica passa a contingência sem interesse e que, em termos religiosos, é assim expressada: “Aqueles que forem mortos no caminho de Deus (aqueles que morrem em combate na guerra santa), a sua realização não será perdida. Deus os guiará e disporá de suas almas. Ele os fará entrar no paraíso que lhes revelou.”

Então o leitor se encontra envolvido por idéias elevadas e que são baseadas nas tradições clássicas e nórdico-medievais, no que se refere a uma imortalidade privilegiada e reservada aos heróis, os únicos que, segundo Hesíodo, habitam as ilhas simbólicas e onde levam uma existência luminosa e inatingível, à semelhança daqueles do Olímpio. Na tradição islâmica, encontram-se freqüentes alusões ao fato que certos guerreiros, mortos na “guerra santa”, na verdade nunca morreram, dissertação somente simbólica, e muito menos a criticar certos estados sobrenaturais, separados das energias e destinos dos vivos. Não é possível entrar neste campo, que é muito misterioso e que exige referências que não interessam à natureza deste estudo.

Na verdade, hoje em dia, e justamente na Itália, os rituais encontram uma força singular, pela qual uma comunidade guerreira declara “presente” os camaradas mortos no campo de honra. Parte de uma idéia que tudo que contem um processo evolutivo, e nos nossos dias, dotado de um caráter alegórico e de máximo de ética, tem na sua origem um valor de realidade (e todo o ritual é ação e não simples cerimônia), deve-se pensar que os rituais guerreiros atuais possam ser matéria de meditação e aproximação do mistério contido nos ensinamentos que acabamos de falar: a idéia que os heróis não estão verdadeiramente mortos, ou como aqueles vencedores que, à imagem do César romano, permanecem “vencedores perpétuos” no centro de uma linhagem.

Capítulo V – Metafísica da Guerra



Atingimos o fim desta concisa obra consagrado à guerra como valor espiritual referindo-nos a uma última tradição do ciclo heróico indo-europeu, aquela do Bhagavad-Guita, talvez o mais célebre texto da antiga sabedoria hindu, escrito essencialmente pela casta guerreira.

A sua escolha não é arbitrária nem deve nada ao exotismo. Conforme a tradição islâmica nos permite formular, no universal a idéia de “grande guerra” interior, possível contrapartida da alma numa guerra exterior, a tradição transmitida pelo texto hindu nos permite enquadrar definitivamente nosso tema numa visão metafísica.

Sob um olhar mais abrangente, esta referência ao Oriente hindu, ao grande Oriente heróico e não àquele dos teólogos, dos panteístas humanitários e das velhas damas em êxtase diante de Gandhi e dos Rabindranath Tagore, parece-nos igualmente útil para ratificar as opiniões e a compreensão supra tradicional que não são os mínimos objetivos que nós procuramos. Ficamos tempo demais escravos das antíteses artificiais Oriente/Ocidente: artificiais pois são baseadas no último Oriente modernista e materialista, que afinal, tem pouco de comum com aquele que o precedeu, com a verdadeira e grande civilização ocidental. O Ocidente moderno é tão oposto ao Oriente como o é ao antigo Ocidente. Ao voltar para um passado remoto, vemos um patrimônio

étnico e cultural largamente comum, e que corresponde logo a uma única denominação "indo-européia".

As formas originais de vida e de espiritualidade, das instituições dos primeiros colonizadores da Índia e do Irã, tinham muitos pontos de contacto com aqueles povos helênicos e nórdicos, mas também com os antigos Romanos.

Agora vamos abordar as tradições que nos dão um exemplo das afinidades de concepções espirituais comuns, de combate, de ação e de morte heróica, contrariamente à idéia preconcebida surgida sempre que falamos da civilização hindu, quando só pensamos em nirvana, faquires, evasão do mundo, negação dos valores "ocidentais", da personalidade, etc.

O Bhagavad-Guita foi sob a forma de diálogo, entre o guerreiro Arjuna e um Deus, Krishna, seu mestre espiritual. O diálogo tem lugar durante uma batalha em que Arjuna hesita em combater, freado por seus escrúpulos humanitários. Interpretadas em chaves de espiritualidade, as duas figuras, Arjuna e Krishna, representam as duas partes do ser humano: Arjuna o principio da ação, Krishna o principio do conhecimento transcendente. O diálogo transforma-se numa espécie de monólogo, primeiro de clarificação interior, depois resolução heróica enquanto espiritual do problema da ação guerreira, que se impõe a Arjuna, no momento de entrar no campo de batalha.

Ora, a compaixão que detém o guerreiro, no momento de combater, quando este descobre no campo inimigo os amigos de jogos e alguns de seus parentes, é qualificada por Krishna (principio espiritual), de "desordem indigna dos Aryas, que fecha o céu e preenche de vergonha" (B.G.II,2 B). Assim retornamos ao tema que já encontramos muitas vezes, nos ensinamentos tradicionais do Ocidente: " morto, tu ganharás o céu; vencedor, tu possuirás a terra. Levanta-te então, filho de Kunti, para combater" (op.cit., II,37). Ao mesmo tempo se desenha o tema de uma "guerra interior", guerra que é preciso travar consigo mesmo: "sabendo logo que a razão é a mais forte, afirma-te a ti mesmo; e destrói o inimigo de formas escusas e de abordagem difícil". (op.cit.,III,43). O inimigo exterior tem, ao lado do inimigo interior, que é a paixão, a sede animal de viver. Vejamos como é definida a justa orientação: " abandona em mim todas as tuas ações, pensa na Alma suprema, torna-te livre de ti mesmo, combate e teus tormentos irão desaparecer". Op.cit.,III,30).

Devemos perceber o apelo a uma lucidez, supra consciente e supra passional do heroísmo, assim como não devemos negligenciar esta passagem que sublinha o caráter de pureza, do absoluto que deve ter uma ação e o que ela pode ter em termos de "guerra santa": " Tem por igual prazer e pena, ganho e perda, vitória e derrota, e entrega-te inteiramente à batalha: assim evitarás o pecado" (op.cit.,II,38). Assim se coloca a idéia de "pecado", no que se refere apenas ao estado de vontade incompleto e de ação, interiormente ainda afastada da elevação, na qual a vida significa tão pouco, a sua como a dos outros, e onde nenhuma medida humana possui qualquer lugar.

Se ficarmos neste plano, este texto oferece-nos considerações de ordem absolutamente metafísica, visando mostrar como, num tal nível, acaba por agir sobre o guerreiro uma força mais divina que humana. O ensinamento que Krishna (principio do “conhecimento”) dispensa a Arjuna (principio da “ação”) para acabar com as suas hesitações, visa sobretudo realizar a distinção entre o que é incorruptível como espiritualidade absoluta, e aquilo que existe somente duma maneira ilusória como elemento humano e natural: “Sabemos que o não Ser não tem existência, sabemos também que o Ser nunca deixa de existir (…) Mas saibam que em tudo que isto for penetrado, é indestrutível, (…) aquele que crê que mata e aquele que crê que é morto, estes dois se enganam; nem este mata nem aquele morre (…) não está morto quando o corpo está morto (…) É por isso que combatas, oh Filhos de Bharata! “ (op.cit.,II,16,17,19,20 e 18).

Mas não é tudo. A consciência da irrealidade metafísica daquilo que perdemos, ou fazemos perder, como vida caduca e corpo mortal (consciência que tem seu equivalente numa das tradições que nós já examinamos antes, onde a existência humana é definida como “ jogo e frivolidade”), se associa à idéia que o espírito, no seu absoluto, em sua transcendência diante tudo aquilo que é limitado e incapaz de ultrapassar este limite, não pode aparecer senão como uma força destruidora. Por isso se coloca o problema de ver em quais termos, dentro do ser, instrumento necessário de destruição e de morte, pode o guerreiro evocar o espírito, justamente sob esse aspecto, ao ponto de com ele se identificar. O Bhagavad-Guita assim diz exatamente. Não somente o Deus declara: “Eu sou a virtude dos fortes quando ela é isenta de paixão e de desejo; (…) eu sou o esplendor do fogo; (…) eu sou a vida em todos os seres e o ardor da mortificação dos ascetas; (…) eu sou a inteligência dos sábios, a majestade dos poderosos” (op.VII,11,9,10).

Pois o Deus que Se manifesta a Arjuna sob uma forma transcendente, terrível e fulgurante, e oferece-Lhe uma visão absoluta da vida: tal como lâmpadas submetidas a uma luz muito intensa, com circuito investidos de potência elevada demais, os seres vivos caiem trespassados porque dentro deles queima uma força que transcende a própria perfeição, que vai além de tudo o que eles podem ou almejam. Por causa disto que eles atingem um cume, e como levados por ondas às quais se tinham abandonado e que os levava até um certo ponto, eles arriscam, dissolvem-se, morrem e retornam ao não-manifestado. Mas aquele que não teme a morte, sabe assumir a sua própria morte, passando por lá tudo o que o destrói, engole, quebra, ele acaba por atravessar o limite, consegue manter-se na crista das ondas, não se enterra, ao contrário, aquilo que está além da vida nele é manifestado. É assim que Krishna, a personificação do “principio do espírito”, depois de se ter revelado na sua totalidade a Arjuna, pode dizer: “mesmo sem ti, todos estes guerreiros apresentados nas armadas inimigas vão perecer … Então levanta-te, conquista a tua glória; triunfa sob teus inimigos e adquire um vasto império. Eu já assegurei a derrota deles; sê somente um instrumento, mata-os. Não fiques perturbado; combate e vencerás teus rivais. “ (op.cit., XI,32,33,34).

Portanto encontramos assim a identificação da guerra com o “ caminho de Deus”, como já falamos nas páginas anteriores. O guerreiro cessa de agir enquanto pessoa. Uma grande força, não-humana, transfigura a ação, a torna absoluta e pura, precisamente no momento onde ela deve ser extrema. Vejamos uma imagem muito eloqüente e que pertence a esta tradição: “A vida é como um arco; a alma é como uma flecha; o espírito absoluto o alvo a atingir. Unir-se a este espírito como a flecha disparada se agarra ao alvo”. Esta imagem é uma das mais fortes formas de justificação metafísica da guerra, uma das imagens mais completa da guerra como “guerra santa”.

Para terminar este trabalho das formas de tradição heróica, tal como nos foi apresentado por povos e épocas tão diversas, acrescentaremos ainda algumas palavras de conclusão.

Esta excursão num mundo que pode parecer insólito a alguns e nada tendo a ver com o nosso mundo, nós não o fizemos por curiosidade nem para exibir nossa erudição. Nós o fizemos, pelo contrário, no intuito preciso de demonstrar o sagrado da guerra, pois a possibilidade de justificar a guerra espiritualmente e a sua necessidade, constitui, no senso mais alto do termo, uma tradição. É algo que sempre esteve e sempre se manifestou no ciclo ascendente de todas as grandes civilizações. Porquanto a neurose da guerra, as propagandas humanitárias e pacifistas, as concessões feitas à guerra como “mal necessário”, e fenômeno político ou natural – tudo isto não corresponde a nenhuma tradição, não é mais que uma invenção moderna, recente, a par da decomposição que caracteriza a civilização democrática e materialista, contra a qual se afirmam novas forças revolucionárias.

Neste sentido, tudo aquilo que recolhemos, de fontes tão diversas e com o cuidado constante de separar o essencial do contingente, o espírito da palavra, possam servir a um conforto interior, a uma confirmação, a uma certeza aumentada. Não somente o instinto viril é justificado em termos superiores, mas também a possibilidade de discernir as formas da experiência heróica que correspondem à nossa mais alta vocação, e se desvenda bruscamente.

Agora devemos retornar àquilo que escrevemos no inicio deste estudo, demonstrando que há várias maneiras de ser “herói”, (ver animal e sub-pessoal). Ou seja, o que conta não é tanto a possibilidade vulgar de se lançar numa batalha e de se sacrificar, mas sim o espírito segundo o qual podemos viver uma aventura deste gênero. Agora temos todos os elementos para escolher, entre diferentes aspectos da experiência heróica, aquele que possamos considerar absoluto, aquele que possa verdadeiramente identificar a guerra com o “caminho de Deus”, e dentro do herói, possa realmente, deixar entrever uma manifestação divina.

Mas também, devemos recordar que, quando dizemos que o ponto onde a vocação guerreira atinja realmente um valor metafísico, refletindo a plenitude universal, dentro de uma raça, só pode tender a uma manifestação e a uma finalidade igualmente universais,

o que significa: só se pode predestinar esta raça a um império. Pois somente o império, tal uma ordem superior onde reine a paz *triumphalis*, reflexo terrestre da soberania do "supra-mundo", pode ser comparável às forças, que dentro do domínio do espírito, manifestam as mesmas características de pureza, de força, de transcendência em relação a tudo que é *pathos*, paixão e limites humanos, e que se refletem nas grandes e livres energias da natureza.